Reunião Ordinária de 21 de junho de 2021

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 87

-----Aos vinte e um dias de dois mil e vinte e um, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA; DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES, CRISTÓVÃO SIMÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO; DR. NELSON ÂNGELO COELHO OLIVEIRA, DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA, DR. SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA**, com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dr.ª. Vânia Gabriela Esteves da Silva, que a secretariou.-----

-----Eram quinze horas e cinco minutos horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

O Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro colocou as seguintes questões:-----

“Foi-me reportado que na fonte de água dos Sr. dos Aflitos, no repuxo, há uma fuga de água, a haver um desperdício, estamos a deitar recursos fora sem necessidade.-----

Uma segunda situação que tem que ver com o Centro Escolar de Meinedo, eu sei que Sr. Presidente já esta a par da situação mas também não podia deixar falar nela, tem que ver com as elevadas temperaturas que se fazem sentir dentro do centro escolar nos dias de mais sol. Gostava de perceber qual o ponto da situação se vão pensar fazer alguma intervenção.-----

Uma outra situação tem a ver com o Pavilhão Gimnodesportivo da escola de Caíde de Rei, tenho aqui um vídeo, se quiser depois envio-o, chove imenso, posso a redundância, quando está a chover.-----

Outra questão, tem que ver com a freguesia Nevogilde em que tenho várias questões para colocar ao Sr. Presidente.-----

O empreiteiro das obras da Presa da Lameira e Rua de S. Veríssimo largou as obras há mais de 2 meses, deixando parte da Rua de S. Veríssimo apenas em terra e com todos os constrangimentos que se possam imaginar, pergunto para quando é que está previsto a conclusão da obra porque é que está a demorar este tempo de paragem?-----

Os serviços da Câmara Municipal estiveram a avaliar as melhores opções para reparar a travessa do Pomar de Achas de Cima e chegou-se à conclusão que devido à inclinação seria a repavimentação a betuminoso. A Junta de Freguesia diz-me que enviou o orçamento para a Câmara Municipal, conforme combinado com o Sr. Presidente há cerca de 2 meses, e que não obteve resposta, porque é que ainda não responderem?-----

Já há vários anos foram colocados condutas de saneamento na Rua do Alambique e de Campelos e na Travessa da Presa da Lameira mas a ligação às habitações a essa conduta não foi possível, faltam passar cerca de 60 metros tubo, pois existe um diferendo entre o proprietário do terreno e a Câmara Municipal. Gostava de saber em que ponto situação é que está esse diferendo? O Sr. Presidente que tem acompanhado a situação e tem uma solução à vista?-----

Segundo o Sr. Presidente da Junta de Nevogilde foi efetuado um acordo, acho que até já foi falado na reunião de Câmara, de fornecimento de materiais para apoiar a construção das casas de banho junto à Capela da Nossa Senhora da Ajuda e foi-lhe atribuído um subsídio de 15 mil euros para ajudar na sua construção. A questão é que a Junta ainda nem recebeu os materiais nem a verba aqui anunciada. Qual o ponto de situação deste assunto?-----

Gostava de sensibilizar o Executivo Municipal para uma questão relacionada com o Bairro Dr. Abílio, por causa da proteção de dados não posso identificar as pessoas, mas identifico a situação, e depois da reunião indico as pessoas. Quero referir-me a duas habitações, uma delas está num estado de degradação bastante acelerado, chove lá dentro, o piso está destruído é uma habitação pouco condigna para habitar. O outro caso tem que ver com infiltrações de água e falta de água quente, ou seja, têm problemas com o cilindro e queriam apoio nesse sentido.-----

Outra situação prende-se com a freguesia de S. Miguel, nomeadamente a travessa da Tapada, foi feita a limpeza a uma parte das bermas e na outra parte o mato quase que entra na casa das pessoas. Não sei se foi a Junta ou a Câmara que efetuou este tipo de limpezas mas a verdade é que a travessa em si já é estreita e com o avolumar de ervas daninhas e de mato é pior para a circulação."-----

As questões colocadas pelo Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Relativamente à fonte do Sr. dos Aflitos não tinha qualquer reporte de problemas, pelo que vamos verificar o que se passa.-----

Em relação ao Centro Escolar de Meinedo, já tínhamos o reporte da situação por parte da Sra. Coordenadora da escola e já tínhamos o assunto alinhavado e face ao relato da urgência da intervenção fui lá com o Sr. Vereador verificar. Fomos num dia muito quente, na última quinta-feira, entramos nas salas e efetivamente a temperatura não estava agradável. O edifício tem um bom isolamento térmico, com capoto nas fachadas, caixilharias eficientes e vidro duplo. Mas os vãos envidraçados são um problema, porque quando o sol incide no vidro faz efeito estufa. O problema só se resolve com estores exteriores. Vamos avançar já com essa intervenção e creio que no prazo 15 dias já deverão estar a colocar os estores exteriores e o problema fica definitivamente resolvido. A climatização central nas escolas é só para o aquecimento. Com os estores exteriores resolvemos o problema do calor excessivo.-----

Relativamente ao pavilhão da EB 2.3 de Caíde de Rei, já tivemos uma intervenção prevista justamente para este pavilhão. Era uma obra na ordem dos 100 mil euros, que esteve em tribunal aproximadamente ano e meio. Na altura foi adjudicada a uma firma de Lousada que teve o melhor preço, foi um concurso público e quem ficou em segundo lugar reclamou porque entendia que essa empresa estava impedida de concorrer a obras do Município porque um dos sócios era Presidente de Junta. Entretanto o assunto foi objeto de decisão na 1.ª Instância e no recurso para o Tribunal Central Administrativo, mas depois o Supremo Tribunal Administrativo entendeu que havia incompatibilidade. Acho que essa tese pode ter algum sentido quando as obras são adjudicadas por ajuste direto ou por consulta, mas quando se trata de concurso público, acho que isso é um absurdo. Sendo um concurso público, ao impedir a apresentação de propostas estamos a limitar a concorrência e estamos a penalizar uma empresa porque um dos seus sócios concorreu a um cargo público. No fundo quem concorre a um cargo público nas freguesias tem que ficar com a noção de que fica impedido de contratar com o próprio Município. Foi essa a decisão do Supremo. Isto para dizer que perdemos imenso tempo com essa demora na resposta e a obra deixou de ser feita quando pretendíamos. Entretanto notificamos a empresa concorrente que ficou em segundo lugar e a mesma não apresentou os documentos para celebrar o contrato. Não percebo como é que se anda tanto tempo em tribunal, a gastar dinheiro, a impedir que a obra avançasse e quando a obra lhe é adjudicada não tem interesse. Pedi ao nosso advogado para ver se é possível o Município avançar com uma ação indemnizatória porque lesou o interesse público, mas parece que não é muito fácil uma ação dessas surtir efeito.-----

Entretanto, por força dos desenvolvimentos que houve com os fundos comunitários conseguimos alocar mais recursos para o parque escolar e entendemos que a obra, a ser feita, devia ser uma obra de maior envergadura. Está adjudicada por um valor de cerca de um milhão e duzentos mil euros, e vai incluir não só o pavilhão, mas uma remodelação geral à escola, a exemplo daquilo que fizemos na EB 2.3 Lousada Centro. A obra está adjudicada, estamos à espera

do visto do Tribunal de Contas, já nos notificaram para fazermos umas correções, e uma delas é que haja uma deliberação específica da Assembleia Municipal relativamente à repartição de encargos, que está agendada para a próxima Assembleia. Na próxima semana estamos em condições de remeter novamente o processo para o Tribunal de Contas. Vindo o visto temos condições para avançar com a obra e resolver esse problema. -----

Em relação à requalificação da Rua de S. Veríssimo e Presa da Lameira, a substituição das condutas de abastecimento de água e ramais estava prevista ser feita por administração direta, mas tivemos muitos problemas para corresponder a todas as necessidades nos timings adequados, pelo que, para não atrasar a requalificação da via, equacionamos a possibilidade de fazer um procedimento de consulta prévia para adjudicar a obra da substituição da conduta de água e ramais. Contudo, não encontramos empreiteiros com essa disponibilidade imediata. De qualquer modo, uma parte já está feita e está prestes a ser colocada a primeira camada de tapete na Rua de S. Veríssimo, desde a partilha de Figueiras. Na Rua Presa da Lameira já foi colocada a primeira camada de tapete. A obra vai ficar com um andamento mais condizente com a urgência do assunto e, sobretudo, com a incomodidade que a mesma causa, porque conforme aqui já foi dito o problema daquela obra e daquela zona é que não há grandes alternativas em termos de acessos.-----

Relativamente à Travessa do Pomar de Achas, creio que seja o mesmo caso em que eu estive no local com o Eng.º Nogueira e o Sr. Presidente da Junta. Efetivamente a forte inclinação dessa rua e o seu perfil reduzido limita muito o tipo de pavimento que pode ser utilizado numa repavimentação. Os serviços estão a ponderar o assunto face às prioridades existentes, ao investimento necessário e ao estado de conservação dessa via.-----

Em relação ao saneamento da Rua do Alambique, creio que já deliberamos a resolução de requerer a utilidade pública, mas vou confirmar. Aliás, não tenho a certeza, mas julgo que chegamos a acordo com os proprietários para fazer a ligação do saneamento. Vamos confirmar.-----

Relativamente às casas de banho na Sr.ª da Ajuda, efetivamente foi deliberado darmos um apoio, mas na última Assembleia de Freguesia foi aprovado, não sei se por unanimidade, mas por larga maioria, um voto de repúdio relativamente a esta obra. No fundo, a Assembleia de Freguesia não concorda que as casas de banho sejam feitas onde a Junta de Freguesia preconiza e remeteram o assunto à Câmara, mas a Junta é que tem de decidir.-----

No que toca ao Bairro Dr. Abílio não sabia que havia casos assim tão graves. Com a intervenção geral que vai haver o problema das infiltrações ficará resolvido. O projeto de arquitetura está aprovado e estão a ser elaborados os projetos de engenharia das especialidades e o projeto de execução para abrirem a empreitada. Creio que no próximo ano já haverá obra."-----

Em relação a este assunto o Sr. Vereador Dr. Nelson Oliveira esclareceu o seguinte:-----

“Conheço os casos. A nossa Assistente Social já falou com as famílias e está a desenvolver um plano social de intervenção. O assunto das condições habitacionais já foi encaminhado para o IHRU, mas há outras situações que são importantes para entenderem o caso na sua generalidade mas estão sob sigilo.”--

A Sr^a. Vereadora Dr^a. Sandra Silva questionou:-----

“Infelizmente vou voltar aos casos COVID, como é que estamos em Lousada? Chegou-me ao conhecimento que uma das razões para este número de casos se deveu a um surto numa escola, gostava de saber se sim ou não?”-----

O Sr. Vereador Dr. Nelson Oliveira esclareceu o seguinte:-----

“Não. O caso foi detetado na escola, mas teve que ver com as festas, comunhões, batizados, que houve naquelas paróquias que aqui referenciamos.”--

O Sr. Presidente adiu:-----

“Não estamos muito mal. Recebi há pouco o relatório e temos 13 casos, nos sete dias anteriores outros 13 e na terceira semana anterior tínhamos 18.”-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira colocou a seguinte questão:-----

“Fui contactado por um encarregado de Educação de Sousela que tem um filho a estudar na Escola de Nogueira. Segundo informações há 4 ou 5 alunos de Sousela que frequentam a escola de Nogueira a quem a Câmara Municipal de Lousada paga um táxi para acederem à escola de Nogueira. Agora, no final do ano letivo O Sr. Vereador António Augusto transmitiu a esses pais e encarregados da educação que a partir do próximo ano letivo ou os pais matriculam os alunos em Lustosa ou terão que ser os próprios a suportar as despesas com o transporte para a escola de Nogueira. Julgo que devia haver alguma sensibilidade, estamos a falar de crianças que fizeram todo um ciclo letivo na escola de Nogueira, nalguns casos faltam 1 ou 2 anos para terminar o 12^o. Ano. Parece-me injusto e até prejudicial para os alunos terem quase no final de um ciclo mudar de escola. Era importante repensarmos esta questão.”-----

O Sr. Vereador Dr. António Augusto explicou o seguinte:-----

“Os alunos pertencem à área de influência da escola de Lousada Norte (Lustosa). A conversa que tivemos com os encarregados de educação foi uma conversa presencial e já foi logo no início do presente ano letivo. Alertamos as pessoas que a Câmara tinha muita dificuldade em continuar a assumir o transporte dos alunos de táxi para o próximo ano letivo (2021-2022), pois fica extremamente caro, quando não há justificação para tal, até invocando, o projeto educativo, já que as escolas de Lustosa e Nogueira têm o mesmo projeto educativo, já que pertencem ao mesmo Agrupamento. Quando são cursos profissionais a situação é diferente e até é da responsabilidade da própria escola encontrar soluções para o transporte, embora o Município tenha ajudado a resolver as situações mais difíceis. Acontece que quando há mudança de ciclo de ensino, alguns encarregados de educação decidem mudar os filhos de escola por estratégias pessoais. Para nós é muito complicado andar a transportar 2 ou 3 alunos de táxi. Tal não acontecia até então porque havia um transporte assegurado pela Pacense, que entretanto deixou de ser feito. Aqueles alunos sempre pertenceram à escola de Lustosa, mas por estratégias familiares frequentavam a Escola de Nogueira e nós fomos assumindo o pagamento dos passes que teria valores semelhantes e porque eram

escolas do mesmo agrupamento e porque havia transporte. Contudo; desde que não há transporte de autocarro, transportar 1 ou 2 alunos de táxi não se justifica.---

Na altura da reunião os pais perceberam e aceitaram esta a situação que para nós é insustentável."-----

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

2.1. INF. Nº. 9541/21 – Retificação ao mapa de pessoal.-----

Analisada a informação em apreço, **deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com a informação em apreço, consubstanciada na retificação ao mapa de pessoal para o ano de 2021, no que concerne a trabalhadores que estão a desempenhar funções diferentes da área funcional que inicialmente foi aprovada no mapa de pessoal.-----**

2.2. INF. Nº. 19552/20 – Recurso à reserva de recrutamento interna de 6 Assistentes Operacionais (canalizadores).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o recurso à reserva interna de recrutamento, prevista no nº. 2 do artº. 40º. Da Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com a informação em destaque.-----

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

2.1. Resumo diário de tesouraria.-----

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia 18 de junho em curso que totaliza um saldo de quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte e seis euros e cinquenta e dois cêntimos.---

3.2. Resultado da arrematação, em hasta pública das lojas do mercado.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, adjudicar as lojas do mercado aos seguinte licitantes:-----

- Loja nº. 6 – Atribuída a Maria Elisabete Pinto Silva Ribeiro, pelo valor de 134,42;
- Loja nº. 9 - Atribuída a Maria Madalena Martins Sousa, pelo valor de 134,42;---
- Loja nº. 12 - Atribuída a Maria Isabel Almeida do Vale, atribuída a 254,42€; e---
- Loja nº. 14 - Atribuída a Cátia Elisabete Ribeiro Moura, pelo valor de 302,18€.-

3.3. Prestação de contas ano de 2020 contendo o relatório de Gestão, Certificação legal das Contas e Parecer do nosso Revisor Oficial de Contas.----
Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e documentos de prestação de contas do ano transato, e submetê-los a apreciação e votação do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º e alínea l) do n.º 2 do artigo n.º 25, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, bem como o n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira fez a seguinte declaração de voto:-----

“Abstemo-nos, mas em forma de declaração de voto quero fazer algumas considerações sobre as contas de 2020.-----

Quanto a receitas:-----

As receitas, no que concerne a impostos, contribuições e taxas aumentaram de 2019 para 2020. Em 2019 era de 7.516.188,33€ e em 2020 foi de 7.951.235,53€; ou seja, quase mais meio milhão de euros de receitas com impostos, contribuições e taxas, o que é um valor considerável.-----

A receita corrente teve uma execução de 99,8% e atingiu o montante de 27.226.768,03€.-----

A receita de capital no montante de 5.578.480,77€, apresentou uma execução baixa, de apenas 38,7%, segundo o que está no relatório de gestão, deve-se certamente ao facto de ter existido atraso em algumas candidaturas, em concursos públicos que ficaram desertos, no atraso na adjudicação na execução de obras.-----

Quanto às despesas:-----

Os gastos com o pessoal, aumentaram do ano de 2019 para o ano de 2020 de 11.114.578,94€ para 11.162.381,55€, ou seja há um aumento de quase cinquenta mil euros.-----

A despesa corrente apresenta uma execução de 88,4%, perfazendo o montante de 22.356.471,93€, sendo que o peso de gastos com pessoal representa quase 50% das despesas correntes, valor preocupante, mas que resulta de uma opção política e de gestão também ela política.-----

As despesas de capital tiveram uma execução de 50%, perfazendo um montante de: 9.399.471,68€.-----

A despesa total paga (corrente + capital) apresenta uma execução de 72,1%, perfazendo um total de 31.755.943,61€.-----

Quanto ao passivo:-----

O endividamento do município diminuiu, o passivo passou de 15.107.981,06 € em 2019, para 13.982.501,78€ em 2020. Esta diminuição foi de pouco mais de um milhão de euros. Mas com os empréstimos já aprovados, no final de 2021 a dívida vai seguramente ser muito superior há de 2019.-----

Com os empréstimos que estão associados às obras que não foram executadas em 2020, bem como as obras previstas para 2021 e respetivos empréstimos bancários contratados e a contratar, do meu ponto de vista em 2021 a dívida

bancária do Município de Lousada vai ser superior a vinte milhões de euros. Esta situação deve merecer a melhor atenção da parte deste executivo.-----

Volvidos quase 32 anos de gestão do partido socialista neste Município, continua em cima da mesa um problema crónico: as receitas correntes são praticamente absorvidas pelas despesas correntes. Não fora a “santa união europeia”, leia-se fundos comunitários e muitos empréstimos bancários a pagar em 15 anos com dois de carência, e o Município de Lousada não teria qualquer condição financeira para manter os equipamentos existentes, muito menos para construir novos equipamentos, nem para realizar qualquer obra extraordinária. Espero que os novos autarcas bem como os decisores políticos no País saibam encontrar novas formas de financiamento para os Municípios, e já agora financiamentos que não signifiquem mais carga fiscal para os contribuintes.-----

Ao Município de Lousada, e certamente a muitos outros, exige-se mais rigor, melhor gestão dos recursos humanos e técnicos, melhor planeamento, melhor acompanhamento técnico das obras, menos burocracia e menos desperdício.----

Enfim, precisamos no Município de Lousada de uma nova liderança, que introduza modernidade, desenvolvimento sustentado e que tenha futuro. Espero que nas próximas eleições autárquicas os Lousadenses compreendam que o futuro de Lousada não se pode resumir aos próximos 4 anos, mas sim a uma década. Daí ser urgente uma nova liderança, um novo Presidente de Câmara, um Presidente de Câmara com futuro. Esta é a hora, a hora de Acreditar Lousada.”-----

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Nós votamos naturalmente a favor e congratulamo-nos por mais uma prestação de contas que vem na senda de todas as anteriores e que demonstram claramente o grande sentido de responsabilidade que este Executivo tem tido, tem inclusivamente melhorado o desempenho nalguns itens.-----

Relativamente às receitas é verdade que no ano de 2020 subimos as receitas de “Taxas, multas e outras penalidades” e isso tem que ver essencialmente com as licenças urbanísticas. Como sabem, Lousada está com muita procura e temos ficado acima daquilo que era a receita orçamentada, porque as regras previsionais das dotações orçamentais obrigam a que se tenha por referência a média dos últimos anos. Mesmo quando nós temos a certeza que esse valor vai ser superior não o podemos prever e isso reflete-se nas contas, num valor de receita superior àquilo que foi a previsão.-----

No que concerne a receitas correntes, no ano 2020 apresentamos um rácio de receitas cobradas em relação às receitas previstas de 99,8%, sendo que este indicador demonstra a melhoria do controlo orçamental e maior rigor no cumprimento das regras da previsão da receita. A cobertura das despesas sem recurso a empréstimos é de 99,51%. O peso das despesas correntes nas receitas correntes é de 82,11%, o que significa a continuação do financiamento de despesa de capital por receita corrente.-----

Relativamente à despesa, o Município apresenta neste ano de 2020 uma diminuição de meio milhão de euros nos encargos com a despesa corrente. Em 2019 tivemos uma despesa corrente de vinte e dois milhões novecentos e cinquenta e quatro mil e trezentos euros e em 2020 vinte e dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e setenta e dois euros. O Município apresenta um aumento de mais de dois milhões em relação a 2019 na aquisição de bens de capital, por razões que já sabemos, por estarmos na reta final do quadro comunitário. Isso, por um lado, determinou este aumento da despesa de capital, mas por outro também nos penalizou na execução pelas razões que o Sr. Vereador referiu, que foi os atrasos nalgumas obras e nalguns concursos que ficaram desertos, etc...-----

Relativamente à questão da despesa com pessoal, o aumento de cinquenta mil euros é insignificante, sobretudo de termos em atenção as atualizações remuneratórias. Aliás, de 2019 para 2020 o peso das despesas com pessoal na despesa total paga baixou de 36.9% para 35.1%. Para se fazer uma análise séria deste indicador, temos de fazer uma análise à luz daquilo que é a nossa dinâmica. Conforme temos dito, repetidamente, na apresentação dos documentos previsionais e nas prestações de contas, quando se faz uma análise do peso da despesa com pessoal, sobretudo comparativamente com outros Municípios, temos que ter noção de que as realidades são muito diferentes, uma vez que em Lousada os serviços estão quase todos internalizados. Se assim não fosse, o valor da despesa com pessoal seria significativamente inferior. E, por outro lado, temos uma dinâmica de administração direta muito assinalável, que não é comum ver-se nos restantes Municípios. Naturalmente que isso reflete-se na despesa com pessoal, mas é óbvio que parte desta despesa com pessoal gera diretamente investimento.-----

No que toca ao endividamento há um decréscimo dos empréstimos obtidos. Em 2019 tínhamos 9 165 437 € e em 2020 temos 8 694 783€. Há uma redução clara e conforme já disse na reunião de Câmara ou da Assembleia, mesmo com a contração daqueles empréstimos que foram aprovados para 2021 nós vamos ficar com um nível de endividamento semelhante ao de 2012 que foi o ano anterior ao início do meu primeiro mandato. Para além desses valores que nós contratamos e que ainda não utilizamos há também as amortizações. Por ano amortizamos mais de um milhão de euros em empréstimos. Não se percebe onde é que o Sr. Vereador foi buscar os 20 milhões de dívida bancária. O que me parece assertivo e responsável é nós irmos usando a capacidade de endividamento em função daquilo que vamos pagando, desde que seja feito de uma forma controlada e responsável. A capacidade de endividamento é para ser utilizada de forma responsável. Nós não podemos esgotar a capacidade de endividamento e hipotecar no futuro a capacidade de execução de quem me vier a suceder. Temos que ter a responsabilidade de deixar as condições que nós próprios tivemos para executar.-----

Relativamente a dívidas a fornecedores, há uma diminuição muito grande da dívida a curto prazo, em relação ao ano anterior, de menos 32%, o que evidencia

um esforço para redução do prazo de pagamentos. É evidente que isto se deve muito ao facto de nós termos conseguido processar no mês de dezembro mais ordens de pagamento do que é habitual. A forma como o IMI é pago, nos últimos dias do mês de dezembro, devia ser alterada porque depois não dá tempo para se processar os pagamentos e acabamos por transitar de ano com muita dívida, apesar de termos disponibilidade de tesouraria. Este ano, mesmo antes de recebermos o IMI, conseguimos pagar muitas faturas o que se traduziu na diminuição da dívida de curto prazo.-----

O passivo corrente diminuiu de uma forma assinalável de 6 808 128€ para 4 856 206€, ou seja, menos 1 951 922€, correspondente a 29%.-----

Relativamente a contas não há muito mais a dizer. Se o desempenho que nós temos vindo a evidenciar já era positivo, acho que estas contas ainda expressam de uma forma mais evidente esse bom desempenho. Não será por aqui que haverá muito a apontar a este Executivo que continua com uma gestão responsável e continua a trabalhar para que Lousada tenha uma das melhores contas do panorama Autárquico.-----

Em relação às propostas que o Sr. Vereador aqui deixou todos nós gostaríamos de saber qual é essa receita mágica, porque é evidente que para nós apresentarmos estes bons resultados tivemos muitas dificuldades. A nossa gestão não é fácil, gostaríamos de fazer e faríamos muito mais se tivéssemos receitas para tal. Há um exercício que temos de fazer constantemente de definir prioridades e de ir escalonando os investimentos em função das disponibilidades orçamentais que existem. Como sabem, apesar de termos aumentado as receitas próprias, através de taxas e impostos, há uma grande dependência das transferências do Estado e dos fundos comunitários e vai continuar a haver porque, infelizmente, a forma como a repartição das transferências que é feita do Estado para os Municípios não é a mais justa. Será justo referir que o atual Governo já atenuou essa injustiça nos últimos dois Orçamentos de Estado, em que houve um aumento dessas transferências, mas, ainda assim, para aquilo que é a nossa realidade, o nosso território, a nossa população, é muito pouco e por isso, resta-nos explorar todas as outras formas de melhoria da gestão que não seja a carga fiscal. Se nós quiséssemos aumentar os impostos ficávamos numa situação confortável, mas não é esse o caminho que nós defendemos. Se alguém deve fazer sacrifícios deve ser a própria Câmara na procura de soluções e não os nossos Munícipes que seriam sobrecarregados com impostos. O aumento da carga fiscal é aquela ferramenta mais imediata que existe quando se quer ter mais meios para levar a cabo as realizações pretendidas.-----

O Sr. Vereador referiu que é preciso procurar novas formas de financiamento, mas nós não aceitamos a crítica. Se há Executivo criativo na busca de novas receitas somos nós. Não ficamos na nossa zona de conforto à espera daquilo que cai do céu, ou daquilo que são as fontes de financiamento tradicionais como é o caso do Portugal 2020. Executamos todas as verbas do 2020 e estamos a procurar

ter uma boa execução para que possamos ser contemplados com reforços na reprogramação, mas para além disso somos criativos na procura de outros financiamentos. Posso afirmar com toda a convicção que Lousada é um dos concelhos do País com mais projetos aprovados diretamente a Bruxelas, abrangendo diversas áreas como o ambiente, educação, cultura, ação social, etc. Temos um corpo técnico que se foi preparando, adquirindo experiência e foi conseguindo contactos porque este tipo de candidaturas funciona muito em rede. Essas formas complementares de financiamento já estão devidamente exploradas, mas estamos sempre disponíveis para analisar propostas de melhoria. O desafio que eu vos lanço é que concretizem, que propostas são essas de melhoria, porque a convicção que tenho é que vocês não as têm.-----

A alternativa para aumentar a receita será pela via da carga fiscal, mas esse não será, seguramente, o nosso caminho!"-----

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

4.1. Empreitada de ampliação do centro de interpretação do românico e regeneração urbana da envolvente” – Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9170).-----

Deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos por dois anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação). -----

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos
- Ano de 2021 – 197.212.76€, IVA incluído; e-----
- Ano de 2022 – 1.488.462,08€, IVA incluído.-----

4.2. Beneficiação da escola básica e secundária Lousada Oeste – 2.ª Fase – Concurso Público” – Aprovação dos esclarecimentos e da decisão de não aceitação da lista de erros e omissões e respetiva notificação aos interessados – Ratificação Despacho (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9174).-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 08 de junho em curso que aprovou os esclarecimentos e a decisão de não aceitar a lista de erros e omissões, e notificação aos interessados, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do artº. 35º. Da Lei nº. 72/2013 de 12 de setembro.-----

4.3. Eficiência energética – Habitação Social – Empreendimento de Meinedo – Concurso Público” – Aprovação de esclarecimentos e notificação aos interessados – Ratificação Despacho (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9182).-----
Deliberou o órgão Executivo por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 08 de junho em curso que aprovou os esclarecimentos e notificação aos interessados, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do artº. 35º. Da Lei n.º. 72/2013 de 12 de setembro.-----

4.4. Beneficiação do CM 1149 desde a rotunda de Tecas (Cernadelo) até à EN 207 (S. Miguel) – Concurso Público” – Aprovação do plano de segurança e saúde da empreitada e dos intervenientes em obra (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9254).-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da empreitada bem como os intervenientes em obra, referidos na informação em apreço.-----

4.5. Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei – Concurso Público” – Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º 2021, DOMA, I, G, 9411).-----
Deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos por três anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação). -----
Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos
- Ano de 2021 – 370.889,32€, acrescidos do IVA; -----
- Ano de 2022 – 1.483.557,30€, acrescidos do IVA; e-----
- Ano de 2023 – 123.629,78€, acrescidos do IVA -----

4.6. Beneficiação da escola básica de Lousada Este – Concurso Público – Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9412).-----
Deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos por dois anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação). -----
Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos
- Ano de 2021 – 720.235,07€, IVA incluído e-----
- Ano de 2022 – 526.158,71€, IVA incluído.-----

4.7. Beneficiação da escola básica e secundária Lousada Oeste – 2.ª Fase – Concurso Público – Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9416).-----

Deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos por dois anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação). -----

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos

- Ano de 2021 – 219.848,82€ com IVA incluído; e-----

- Ano de 2022 – 1.319.092,85 com IVA incluído.-----

4.8. Beneficiação da escola básica e secundária Lousada Norte – 2.ª Fase – Concurso Público – Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9474). -----

Deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos por dois anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação). -----

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos

- Ano de 2021 – 295.285,71€ IVA incluído; e-----

- Ano de 2022 - 1.082.714,29 IVA incluído.-----

4.9. Beneficiação da Rua de S. Paio em Casais – Concurso Público – Aprovação da adjudicação da empreitada à firma “PEMI – Engenharia e Construção, Lda”, pelo valor de 419.328,95 € + IVA; Aprovação da minuta do contrato a celebrar; Aprovação da repartição de encargos e da submissão a deliberação da Assembleia Municipal (reg.º n.º. 2021, DOMA, I, G, 9466).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a adjudicação da empreitada em destaque, bem como aprovar a minuta do contrato

Mais foi deliberado, autorizar a repartição de encargos por dois anos económicos distintos, nos termos da alínea b) do art. 3º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação) e submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal a referida autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes termos:-----

- Ano de 2021 – 226.425,10€ acrescidos do IVA-----

- Ano de 2022 – 192.913,85€, acrescidos do IVA-----

4.10. Beneficiação da Rua 25 de Abril em Boim – Concurso Público – Aprovação do plano de segurança e saúde da empreitada e dos intervenientes em obra (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9479).-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde e intervenientes em obra, nos termos da informação referida.-----

4.11. Beneficiação da Rua Sra. do Carmo e Rua da Trovoada em Vilar do Torno e Alentém – Concurso Público – Aprovação dos trabalhos complementares a adjudicar à firma “Restradas – Revitalização de Estradas do Norte, Lda”, pelo valor de 31.323,30 € + IVA; Aprovação da minuta do contrato a celebrar (Inf. n.º 254/DOMA/21).-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar a realização dos trabalhos complementares nos termos da informação em destaque, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar.-----

4.12. Beneficiação da Rua Sra. do Carmo e Rua da Trovoada em Vilar do Torno e Alentém – Concurso Público – Aprovação das alterações ao projeto da empreitada (Inf. n.º 255/DOMA/21).-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade, aprovar as alterações ao projeto da empreitada nos termos da informação referida em destaque.-----

4.13. POSEUR 11-2021-07 – Unidade de Valorização Orgânica de Biorresíduos recolhidos seletivamente na Ambisouza – Aprovação da emissão de declaração – Ratificação Despacho (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9382).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Ar. Presidente datado de 11 de junho em curso que aprovou a emissão da declaração para efeitos da candidatura unidade de valorização orgânica de biorresíduos recolhidos seletivamente na AMBISOUSA, a apresentar pela AMBISOUSA – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM, no âmbito do Aviso POSEUR – 11-2021-07, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º. 3 do art.º. 35.º. Da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro.-

4.14. Grant Agreement Candidatura: H2OCYBER_UP: Boosting cybersecurity high performance on water distribution – Aprovação da versão final do Grant Agreement (reg.º n.º 2021, DOMA, I, G, 9176).-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar a versão final do Grant Agreement e tal como previsto na reunião de 24/05/2021, sujeitar o assunto a autorização do Órgão Deliberativo para a repartição de encargos conforme previsto na informação da DSIC n.º. 7708/21 de 06/05.-----

4.15. Plano de Pormenor da Praça do Românico (Inf. 257/DOMA/2021)– Aprovação da submissão do Plano de Pormenor à Assembleia Municipal para aprovação.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar a proposta do plano de pormenor e submetê-lo a aprovação do Órgão Deliberativo.-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira fez a seguinte intervenção:-----

“Na reunião deste executivo realizada a 18 de Abril de 2019 apresentei alguns contributos, em nome dos Vereadores do PSD, para melhorarmos o Plano de Pormenor da Praça do Românico.-----

Essas propostas que estão plasmadas na ata daquela reunião foram também o resultado de um debate público que o PSD de Lousada promoveu com cidadãos de Lousada, nomeadamente com autarcas, engenheiros, arquitetos e outros com interessa na área. Recordo que no mesmo debate, a convite nosso, do PSD, participou o Arquiteto Henrique Marques, cidadão de Lousada e um dos principais autores do projeto da Praça do Românico.-----

Entretanto, como é timbre deste executivo socialista, infelizmente para o desenvolvimento de Lousada as nossas propostas não foram consideradas.-----

Mas, agora das propostas que então apresentamos quero apenas focar-me sobre uma, e para isso passo a citar o que afirmei na reunião de 18 de Abril de 2019: “Os edifícios a construir no lado nascente e em parte do lado sul e norte, onde a cota é mais baixa, devem ter uma sub-cave para estacionamento dos veículos dos moradores de forma a libertar mais lugares de estacionamento no exterior”, fim de citação.-----

Isto porque sabemos que a maioria das famílias em 2 ou 3 carros e normalmente têm apenas um lugar de garagem por apartamento, raramente têm dois lugares.

E o tempo está a dar-nos razão quanto ao estacionamento junto à Praça das Pocinhas, na Avenida de Erreterria e nas ruas adjacentes. Bastou a Santa Casa da Misericórdia de Lousada ter começado a cobrar o estacionamento no seu parque, sito na cave do Hospital, obrigando naturalmente os seus funcionários e colaboradores a estacionarem os veículos na via pública, para que o estacionamento na Avenida de Erreterria, nas ruas próximas do Hospital e na Praça das Pocinhas em determinadas horas do dia seja impossível. E quando há feira municipal estacionar na Vila de Lousada é um calvário.-----

E para piorar a situação, incompreensivelmente na Praça das Pocinhas a Câmara Municipal lembrou-se de reduzir os lugares de estacionamento com a introdução de espaços para floreiras, no lado nascente da praça.-----

E atenção, e ainda não começaram a construir os edifícios para a Praça do Românico e para a Avenida de Erreterria. Quando os edifícios previstos estiverem ocupados vai ser o caos, caso o Município não tome medidas, como por exemplo construir um parque de estacionamento com capacidade para muitas centenas de veículos.-----

Recordo que aquando das obras de revitalização urbano que realizaram na Vila de Lousada há meia dúzia de anos, chamaram-nos de utópicos e irresponsáveis por defendermos a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça da República. Infelizmente para Lousada, o tempo deu e vai continuar a dar-nos razão.”-----

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Confesso que fui surpreendido com esta posição do Sr. Vereador porque o assunto veio à reunião de Câmara no dia 5 de Abril 2021, para a abertura do período de discussão pública, e não apresentaram qualquer sugestão. E durante o próprio período de discussão pública também não foi apresentada qualquer sugestão. Estava assim convicto de que as dúvidas que apresentaram em 2019 já estavam esclarecidas. Se achavam que a proposta que foi sujeita a discussão pública não contemplava, e devia contemplar, alguns dos vossos contributos, era essa a altura adequada para o fazer. Acho que deviam ter alertado para isso. Vir agora, depois de ter decorrido a discussão pública, visitar esse assunto, acho que é completamente despropositado e fora de tempo. -----

O que eu vos posso dizer é que este plano de pormenor é uma espécie de loteamento para reparcelar aquelas propriedades, porque em bom rigor não é o plano de pormenor que vai dar capacidade construtiva àqueles terrenos, porque aqueles terrenos já estavam classificados no nosso PDM como terrenos urbanizados e já tinham uma determinada cêrcea e um determinado índice de utilização. Este instrumento de gestão territorial não vai conceder mais direitos, vai é disciplinar o uso do solo, para que cada um não queira fazer aquilo que lhe apetece e para que haja uma maior harmonia no desenvolvimento urbano, para que o investimento público que está a ser feito não possa ser prejudicado pelos diversos investimentos privados.-----

Relativamente à subcave, haveria uma grande dificuldade na sua execução, uma vez que implicaria uma grande escavação que não seria fácil de compatibilizar com a construção da Praça, uma vez que esta vai arrancar já e só depois os prédios que confinam com ela, para além de que os lotes mais estreitos não têm dimensão que permita simultaneamente o estacionamento e a execução das rampas interiores de ligação.-----

Convém ter presente que o estacionamento público exterior vai ser muito reforçado quando as obras em curso estiverem prontas. Vamos ter baias de estacionamento não só junto à Praça do Românico mas também na Rua do Picoto até à Estrada Nacional.-----

Relativamente ao parque de estacionamento, apesar de não ser uma prioridade até ao momento, concordo que tem sentido pensar no assunto, face ao desenvolvimento urbano que a Vila está a ter e que, tudo indica, vai continuar. Apesar de existir muito estacionamento público na Vila de Lousada, temos de acompanhar a evolução dos tempos e procurar ter resposta para todos, ou seja uma resposta mais cómoda para quem não se importa de pagar para deixar o carro mais próximo do local pretendido.-----

Aliás, já estávamos a pensar nisso no projeto do mercado municipal, mas identificamos o problema do retorno do investimento, porque agrava muito os custos da obra, já que implica uma obra estrutural muito mais exigente e financeiramente muito custosa, sendo que no caso em concreto o número de lugares de estacionamento a criar pode não justificar o investimento. Terá sentido

procurar outra solução mais eficiente, noutro terreno ou espaço público. É um daqueles projetos que devemos começar já a tratar para quando vier o próximo quadro comunitário termos esse projeto em carteira.”-----

6. Vilarintegra – Requalificação integrada da Mata de Vilar: da fruição turística à sustentabilidade – Concurso Público – Aprovação da prorrogação do prazo de execução da empreitada por 30 dias, a título gracioso (regº. nº. 248/DOMA/2021).-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo nos termos da informação referida.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

5.1. Proposta de aprovação de realojamento com vista à atribuição de uma fração no Empreendimento de Habitação Social de Lustosa, nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua atual redação (**registo nº. 2021,DASJT,I,G,9383**).-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. Subsídio no valor de 5.000,00€ à Banda Musical de Lousada, destinado à gravação de um CD (2021,DCPDE,I,G,9475).-----

Deliberado por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

6.3. Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Lousada e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto (2021,DCPDE,I,G,9314).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 09 de junho em curso que aprovou a assinatura do protocolo em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo nº. 3 do artº. 35º. Da Lei nº. 72/2013 de 12 de setembro.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu _____ a redigi e assino. ---